



ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016

Conteúdo

Balanço Patrimonial	3
Demonstração de Resultado do Exercício	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

ATIVO	NE	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE			
DISPONIBILIDADES	5	201.815	463.948
CAIXA E BANCOS		11.411	13.812
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		190.405	450.136
CONTAS A RECEBER		18.421	5.937
CLIENTES	6	17.827	5.937
VALORES A RECEBER		594	
ESTOQUES		5.902	3.535
MATERIAIS DIVERSOS		5.902	3.535
OUTROS CRÉDITOS		2.449	2.493
DEPÓSITOS JUDICIAIS	7	2.449	2.493
DESPESAS DE EXERCÍCIOS SEGUINTE		3	3
DESPESAS ANTECIPADAS		3	3
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		228.591	475.915
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		388.181	168.276
FATURAS A RECEBER - DEP. JUDICIAL	6	139.576	118.326
DEPÓSITOS JUDICIAIS	7	247.691	49.424
IMPOSTOS A RECUPERAR		914	527
INVESTIMENTOS		426.429	393.114
IMOBILIZADO	8	421.927	393.102
INTANGÍVEL	8	4.493	2
OUTROS VALORES REALIZÁVEIS LP		9	9
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		814.609	561.390
TOTAL DO ATIVO		1.043.200	1.037.305

PASSIVO	NE	2016	2015
PASSIVO CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES			
SALÁRIOS E ENCARGOS	9	10.172	9.385
IMPOSTOS A RECOLHER	10	59.053	38.270
FORNECEDORES		9.576	1.968
CRÉDITOS DE CLIENTES	11	5.117	7.570
PROVISÕES JUDICIAIS	12		15.930
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		83.918	73.123
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
OBRIGAÇÕES FISCAIS	10	42.541	50.753
PROVISÕES JUDICIAIS	12	543.360	531.476
TOTAL		585.902	582.229
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CAPITAL SOCIAL	13	1.086.444	1.086.444
LUCRO/PREJUÍZO ACUMULADO		(704.491)	(14.866)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		23.474	(128.075)
AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14	(32.046)	(561.550)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		373.381	381.953
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		959.282	964.182
TOTAL DO PASSIVO		1.043.200	1.037.305

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		R\$/mil	
	NE	2016	2015
RECEITA BRUTA	15	301.493	261.614
(+) RECEITA INFRAPORT		93.672	69.425
(+) RECEITA INFRACAIS		9.375	8.441
(+) RECEITA INFRAMAR		117.163	102.604
(+) RECEITA PATRIMONIAL		40.537	33.811
(+) RECEITA SERVIÇOS DE APOIO		5.775	9.022
(+) RECEITA SERVIÇOS ACESSÓRIOS		25.768	28.546
(+) ARMAZENAGEM		3.575	6.856
(+) OUTRAS RECEITAS		5.628	2.909
DEDUÇÕES DA RECEITA		(34.596)	(25.872)
(-) PIS		(5.232)	(4.272)
(-) COFINS		(24.322)	(19.676)
(-) VENDAS CANCELADAS		(5.042)	(1.925)
TOTAL RECEITA LÍQUIDA		266.897	235.742
CUSTOS	8	(198.771)	(85.105)
(-) REMUNERAÇÃO, ENCARGOS SOCIAIS E BENEFÍCIOS		(48.053)	(63.197)
(-) CUSTO OPERACIONAL		(150.718)	(21.908)
LUCRO BRUTO		68.125	150.636
DESPESAS		(95.861)	(248.453)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		(35.606)	(93.331)
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO		(500)	(382)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS E UTILIDADES		(20.451)	(21.126)
(-) DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO		(11.454)	(75.154)
(-) DESPESAS DIVERSAS		(27.851)	(58.460)
RESULTADO FINANCEIRO	16	51.867	61.328
(+) RECEITAS FINANCEIRAS		55.239	61.497
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		(3.372)	(169)
RESULTADO OPERACIONAL		24.132	(36.489)
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		(658)	(91.587)
(-) DESPESAS NÃO DEDUTÍVEIS		(7.047)	(75.987)
(-) TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		(182)	(434)
(-) OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		6.570	(15.166)
(+) LUCRO/ (-) PREJUÍZO ANTES DOS IMPOSTOS		23.474	(128.075)
(-) PROVISÃO CSLL CORRENTE			
(-) PROVISÃO IR CORRENTE			
LUCRO LÍQUIDO		23.474	(128.075)

	R\$/mil	
	NE	2016
RESULTADO DO EXERCÍCIO		23.474
AJUSTE ANOS ANTERIORES	-	32.046
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	-	8.572

	R\$/mil				
	Capital Social Integralizado	Ajustes de Avaliação	Lucros Acumulados	Outros Resultados	TOTAL
SALDOS 2014	1.000.000	-	14.866		985.134
AUMENTO DE CAPITAL	86.444				86.444
AJUSTES DO PERÍODO				- 561.550	- 561.550
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			- 128.075		- 128.075
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					-
SALDOS 2015	1.086.444	-	142.941	- 561.550	381.953
AUMENTO DE CAPITAL	-				-
AJUSTES DO PERÍODO				- 32.046	- 32.046
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO			23.474		23.474
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					-
SALDOS 2016	1.086.444	-	119.467	- 593.596	373.381

DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA		R\$/mil	
	NE	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do Exercício		23.474	(128.075)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício:			
Depreciação e amortização		11.454	75.154
Ajuste de imobilizado		12.765	-
Provisões diversas		(4.046)	15.930
(Aumento) Redução nos ativos operacionais:			
Clientes		(33.734)	4.946
Estoques		(2.367)	(2.217)
Impostos a Recuperar		(387)	(527)
Depósitos judiciais	(a)	(198.224)	(39.108)
Despesas antecipadas		1	33
Aumento (Redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		18.512	42.561
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(172.553)	(31.303)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado/intangível		(89.579)	(186.791)
Integralização de capital			86.444
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Obtenção, pagamento e juros sobre empréstimos		-	-
Redução do saldo de caixa e equivalente caixa	-	262.132 -	131.650
Caixa e equivalentes de caixa ano anterior		463.948	595.597
Caixa e equivalentes de caixa ano corrente		201.815	463.948

(a) Valor considerado como desembolso para depósito judiciais refere-se ao registro dos bloqueios judiciais realizados em conta de aplicação financeira junto ao Banco do Brasil. Os bloqueios já eram realizados em anos anteriores, mas não estavam reconhecidos na contabilidade, com o reconhecimento do valor total de bloqueios em 2016 o valor “não disponível” de caixa e equivalente caixa reduz significativamente, gerando o impacto demonstrado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto Legal

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina – APPA (doravante APPA), empresa pública do Estado do Paraná, criada nos termos da Lei Estadual nº 17.895, de 27 de dezembro de 2013, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 11.562, de 03 de julho de 2014, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, tendo por único acionista o Estado do Paraná e como objeto principal a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, cumprindo as competências instituídas no Convênio de Delegação nº 37/2001, firmado entre a União e o Estado do Paraná, e Lei nº 12.815/2013.

Como autoridade portuária, a APPA exerce serviço público por essência, estando sujeita ao cumprimento das regras de Direito Público e Privado.

Dentro desse contexto, como Administração Pública, a APPA desempenha papel fundamental na economia do Paraná, razão de sua existência, disponibilizando aos seus usuários infraestrutura necessária à operação de importação e exportação através dos portos do Paraná.

A APPA, com o objetivo de atender exigências legais, poderá desenvolver atividades afins, conexas ou acessórias, bem como administrar outras estruturas de vias navegáveis mediante regular autorização.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação a Lei nº 6.404/76, e atualizações da 11.638/07, assim como às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

As demonstrações financeiras individuais da Empresa preparadas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração na 31ª reunião ordinária realizada em 30 de março de 2017.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras foram elaboradas em reais/mil.

d. Órgãos reguladores

A Agência Nacional dos Transportes Aquaviários – ANTAQ promoveu a revisão das normas e procedimentos das entidades exploradoras de Infraestrutura Portuária, instituindo o “Sistema de Contabilidade Aplicável ao Setor Portuário – SICRASP”. O referido documento contém o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômico-financeiras. As orientações contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2018.

Uso de estimativas e julgamentos

A Empresa realiza determinadas estimativas e premissas em relação ao futuro. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias. No futuro, a experiência real pode diferir dessas estimativas e premissas. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício financeiro serão divulgadas abaixo.

Julgamentos

Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela cobrança de tarifas no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos.

Estimativas e premissas

Vidas úteis de ativos intangíveis

Os ativos intangíveis serão amortizados durante sua vida útil. A vida útil é baseada nas estimativas da Administração, considerando a vida útil estimada pela receita federal, as quais serão periodicamente revisadas para adequação contínua. Alterações nas estimativas poderão resultar em variações significativas no valor contábil e os valores são apropriados como despesa na demonstração dos resultados, em períodos específicos.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Empresa determina o valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em bolsa utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas são significativamente afetadas pelas premissas utilizadas, incluindo as taxas de desconto e as estimativas de fluxos de caixa futuros. A esse respeito, as estimativas do valor justo derivadas não podem sempre ser fundamentadas pela comparação com mercados independentes e, em muitos casos, podem não ser capazes de serem realizadas imediatamente.

Processos legais

De acordo com os CPCs, a APPA reconhecerá provisão quando existir uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações financeiras. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações financeiras, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Empresa. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exigirá que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle.

A Empresa vem adotando o procedimento de revisar as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações financeiras. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações financeiras, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a

experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Empresa sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expirarem, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Empresa nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os

empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Empresa são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Tais passivos financeiros são representados por empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar os quais são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria empresa inclui:

O custo de materiais e mão de obra direta;

Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;

Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e

Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Empresa obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização, conforme Termo de Recebimento de Obra.

c. Ativos intangíveis

i. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

d. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

e. Receita operacional

Tarifas

A receita da prestação dos serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes a propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o cliente, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que

não haja envolvimento contínuo com os serviços disponibilizados aos usuários do porto, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável.

f. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, desenvolvimento ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

g. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, do exercício corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Para o exercício corrente não houve base positiva para recolhimento de imposto sobre a renda.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Imobilizado

O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

ii. Ativos intangíveis

O valor justo de ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

iii. Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iv. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

5 Caixa e equivalentes de caixa

5.1 Contas Movimento

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Banco do Brasil	437	13.799
Caixa Econômica Federal	10.974	13
	<u>11.411</u>	<u>13.812</u>

5.2 Aplicações Financeiras

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Banco do Brasil (a)	157.317	371.041
Caixa Econômica Federal (b)	<u>33.088</u>	<u>79.094</u>
	<u>190.405</u>	<u>450.136</u>
Total de Caixa e Equivalente Caixa	<u>201.815</u>	<u>463.948</u>

- (a) Valores aplicados em fundos exclusivos de investimentos com remuneração média de 13,98% a.a.
- (b) Valores aplicados em Certificados de Depósitos Bancários CDB, poupança e fundo exclusivo. Os valores aplicados em CDBs são indexados pela variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiro – CDI, remunera a empresa a uma taxa média anual de remuneração de 11,86%. Os valores aplicados em fundos de investimentos possuem uma remuneração média de 12,15% a.a.

Os valores movimentados em conta corrente migraram, em sua maioria, do Banco do Brasil para a Caixa Econômica Federal, de 2015 para 2016, em função da finalização do contrato com o Banco do Brasil. Em 2016 foi realizada a licitação na modalidade de pregão presencial número 045/2016, protocolado sob número 13.911.149-4, resultando como ganhadora a Caixa Econômica Federal, a qual passou a ser responsável pela movimentação das contas movimento, faturamento, folha de pagamento e etc.

6 Contas a Receber

Composição das contas a receber por idade de vencimento:

Contas a receber	31.12.2016	31.12.2015
A vencer	7.415	5.610
Vencidos de 01 a 30 dias	1.796	166
Vencidos de 30 a 180 dias	314	125
Vencidos a mais de 180 dias	21.857	14.473
(-)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (*)	-13.555	-14.437
Total contas a receber CP	17.827	5.937
Clientes - Dep. Judicial (Proc. 1749/07) (**)	139.576	118.326
Total contas a receber LP	139.576	118.326

Os valores a receber são compostos pelas tarifas cobradas pela APPA sobre a utilização de terceiros de áreas da faixa portuária.

(*) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi criada em 2015 através de uma análise criteriosa dos títulos em aberto. Foi identificado que o montante somava títulos antigos, anteriores a 2010 e, por limitações do sistema utilizado na época, sem os devidos históricos de cobrança, impossibilitando a comprovação do direito de recebimento. Por este motivo a provisão foi realizada e sua contrapartida considerada indedutível para fins de apuração de impostos.

(**) Os valores a receber registrados na conta de longo prazo refere-se a ação judicial 1749/07, onde o SINDOP – Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná ingressou contra um aumento tarifário realizado pela APPA, o qual antes mesmo da tabela vigorar, foi proferida Decisão Liminar, determinando que os valores referentes ao aumento da tarifa, fossem depositados em juízo. Desta forma a APPA emite em separado as faturas referente ao acréscimo das tarifas, e assim

que o cliente faz o recolhimento dos valores em juízo e apresenta à APPA cópias dos respectivos recolhimentos, as faturas são classificadas como “faturas reclamadas”. Desde a transformação da APPA em empresa pública, as faturas citadas, são reclassificadas na contabilidade da conta de “Clientes a receber (CP)”, para conta de “Clientes a Longo Prazo – Processo 1749/2007”, na ocasião do depósito judicial por parte do cliente, e devidamente comprovado perante a apresentação dos respectivos comprovantes.

Considerando que as faturas emitidas, referente ao saldo de depósitos judiciais da conta de longo prazo, na realidade já foram quitadas pelos clientes e só constam pendentes em espera da decisão judicial, para cálculo do Prazo Médio de Recebimento – PMR subtraímos estes valores:

$$\text{PMR} = \frac{\text{Contas a receber} * 360}{\text{Receita de Vendas}} = 21$$

7 Depósitos judiciais

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Trabalhistas (a)	17.536	12.666
PIS e COFINS não cumulativo (b)	44.642	25.467
Energia elétrica - COPEL (c)	4.383	8.171
Bloqueio judicial aplicação BB (d)	172.866	-
Outros	10.714	5.613
	<u>250.140</u>	<u>51.916</u>

- (a) Valores referentes a depósitos recursais de ações trabalhistas em fase de conhecimento sem transitado e julgado da ação, bem como depósitos judiciais para garantia do juízo em ações transitadas em julgados, em fase de liquidação.
- (b) Em novembro de 2014 a APPA ajuizou ação declaratória em face da União, por intermédio da Procuradoria da Fazenda Nacional, buscando o reconhecimento da imunidade tributária recíproca da APPA, e que, seja autorizado, nos termos do art. 151, inciso II, do Código Tributário Nacional - CTN, para fins de suspensão de exigibilidade, o depósito judicial mensal dos impostos vincendos, relativos aos tributos e contribuições de competência da União. Em 26 de novembro de 2014,

foi proferida Decisão Liminar autorizando a APPA efetuar depósitos judiciais dos impostos.

- (c) Ainda em razão ação declaratória citada acima, buscando o reconhecimento da imunidade tributária e, inclusive, equiparação desta administração aos demais órgãos públicos, a APPA impetrou ação contra a empresa de energia – COPEL, pois após a transformação da APPA para Empresa Pública a COPEL passou a realizar a cobrança de ICMS sobre a distribuição de energia, cobrança esta que não era realizada enquanto Autarquia. Saldo teve redução de 2015 para 2016, pois inicialmente 100% da cobrança de energia era depositada em juízo, consumo e imposto, durante o ano de 2015 o juiz responsável pela análise da ação permitiu o saque pela Copel dos valores referente ao consumo e, a partir de então, a Copel vem emitindo faturas separas para consumo, pago normalmente à empresa, e imposto, pago em juízo até a conclusão da ação.
- (d) Durante o ano de 2016 foi realizada uma verificação das contas bancárias da empresa e, como resultado da análise, identificamos a existência de bloqueios judiciais realizados diretamente na conta de aplicação financeira da empresa por ordem do juiz. Ações sem transitado e julgado da ação bloqueados somente como garantia da continuidade da ação. OBS: Saldo apresentado nesta demonstração como disponibilidade de aplicações financeiras já está líquido destes valores.

8 Investimentos

	Movimentação Imobilizado														
	Veículos	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Construções	Máquinas e Aparelhos e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Informática e Tecnologia	Equip. de Instalações	Equip. de medição	Dragagem	Imobilizado em andamento	TOTAL	Intangível em andamento	TOTAL	
Dezembro 2015	666	135.254	13.720	48.303	58.096	1.210	679	-	6	12.510	122.658	393.102	2	-	393.104
Aquisições	441	-	-	-	6.286	52	45	9	-	-	78.254	85.087	-	4.492	89.579
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação / Amortização	(169)	-	(1.386)	(3.490)	(5.382)	(218)	(595)	(211)	(1)	-	-	(11.452)	(2)	-	(11.454)
Transferência	-	-	98.899	-	9.697	-	-	25.330	-	-	(133.927)	-	231	(231)	-
Ajuste contábil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(12.510)	(32.300)	(44.810)	-	-	(44.810)
Dezembro 2016	938	135.254	111.233	44.813	68.698	1.044	129	25.128	5	-	34.685	421.927	232	4.261	426.419

Enquanto Autarquia do Estado do Paraná, a APPA não possuía controle contábil sobre os bens patrimoniais, portanto, no ano de 2015, foram realizados ajustes contábeis afim de adequar-se à legislação aplicável.

No ano de 2016 foram realizados dois ajustes contábeis:

- Baixa do saldo anterior de dragagem. Em 2015 os gastos com dragagem eram considerados como investimento e, portanto, sendo amortizado em 12 meses. Para 2016 os gastos passaram a ser registrados como custo de manutenção da operação portuária, uma vez que a dragagem paga pela Administração não trata-se de aprofundamento do canal de navegação, somente de manutenção para remoção dos resíduos trazidos pela maré, não aumentando a capacidade de atracamento de navios e, conseqüentemente, sem promover retorno futuro em relação ao aumento do faturamento;
- Baixa de 32.300 de imobilizado em andamento referente à valores registrados como imobilizado em andamento migrados da empresa enquanto Autarquia, como o sistema SIAF, utilizado anteriormente, não possuía controle auxiliar de imobilizado não foi possível encontrar a composição dos valores ou obras que poderiam compor o citado valor, portando consideramos que a melhor opção foi o ajuste através da baixa, considerando a despesas como não dedutível para fins de imposto de renda.

Taxas de depreciação e amortização

<u>Espécie</u>	<u>Ano</u>
Veículos	5
Terrenos	0
Edificações e Benfeitorias	25
Construções	50
Máquinas Aparelhos e Equipamentos	14
Móveis e Utensílios	10
Equip. de Informática e Tecnologia	3
Instalações	10
Equip. de medição	10
Intangível	3

9 Salários e Encargos

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisão férias e encargos	7.262	5.771
Consignações folha	269	345
FGTS a pagar	451	516
INSS a pagar	1.136	1.388
IRRF a pagar	1.055	1.366
	<u>10.172</u>	<u>9.385</u>

Valores calculados pelo programa de folha de pagamento VETORH e provisionado conforme o período de apuração. O saldo de impostos e consignações existente em 31 de dezembro refere-se a folha do mês de dezembro que são pagos no mês subsequente a sua apuração.

O valor de salários é pago no dia 28 de cada mês, não restando saldo residual para o mês seguinte.

10 Obrigações fiscais e tributárias

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Pis a recolher (a)	8.195	4.855
Cofins a recolher (a)	37.966	22.361
Impostos retidos de terceiros (b)	1.697	905
INSS parcelamento SEFA (c)	11.195	10.151
Total curto prazo	<u>59.053</u>	<u>38.270</u>
INSS parcelamento SEFA (c)	42.541	50.753
Total longo prazo	<u>42.541</u>	<u>50.753</u>

- (a) Valores apurados sobre o faturamento através do regime não cumulativo do imposto, apuração do lucro real depositados em juízo.
- (b) Valores referentes a retenção na fonte sobre contratação de prestação de serviços, cuja natureza esteja sujeita a retenção na fonte, tornando a APPA sujeito passivo e solidário do imposto, conforme legislação vigente.
- (c) Na década de 90 a APPA não realizou o recolhimento de débitos de INSS junto à previdência social, um acordo de parcelamento dos débitos foi realizado regularizando os mesmos em 240 parcelas atualizadas pela TJLP.

11 Créditos de clientes - caução

Em atendimento a Ordem de Serviço nº. 237-12, para que seja liberada qualquer operação nos Portos de Paranaguá e Antonina, inclusive utilização de água e energia elétrica, o cliente deve obrigatoriamente efetuar adiantamento dos valores referente à operação - através de caução, seguro ou fiança bancária. Os adiantamentos recebidos são devidamente registrados na contabilidade, e após o fechamento da operação, a APPA emite as faturas, que são quitadas mediante compensação dos adiantamentos recebidos.

12 Provisões Judiciais

	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
Provisões diversas	-	15.930
Total curto prazo	<u>-</u>	<u>15.930</u>
Provisão perdas ações trabalhistas	110.338	11.673
Provisão perdas ações cíveis	148.702	492.975
Provisão perdas ações administrativas	255.769	-
Precatórios (a)	28.552	26.829
Total longo prazo	<u>543.360</u>	<u>531.476</u>

- (a) As execuções para a cobrança de dívidas da União, Estados, Municípios, Autarquias e Fundações Públicas de Direito Público não se processam pela penhora de bens dos entes públicos, mas pela expedição de uma ordem de pagamento, para a inclusão da dívida no orçamento público. Esta ordem é conhecida como precatório requisitório. Em algumas ações o juiz determina que o valor devido possa ser reconhecido como precatório do Governo do Estado, podendo ou não ser aceito dentro do prazo estipulado, portanto reconhecemos a provisão destas ações no curto prazo, pois caso o Estado determine o pagamento das ações, a APPA deverá cumprir a requisição imediatamente.

A APPA possui um número elevado de ações judiciais devido principalmente à operação, visibilidade e representatividade dentro do Estado do Paraná. O corpo de advogados, juntamente com a diretora jurídica, trabalha em defesas destas ações e têm reduzido drasticamente o passivo judicial acumulado ao longo de décadas. Durante o ano de 2016 foi realizado o levantamento de 100% das ações judiciais em andamento com respectiva análise da probabilidade de perda, conforme segue:

	Probabilidade de perda			
	Provável	Qtde	Possível	Qtde
Ações administrativas	255.769	89	-	-
Ações cíveis	148.702	29	535.298	105
Ações trabalhistas	110.338	855	5.468	110

13 Capital social

O capital social da APPA é de R\$ 1.086.444 (reais/mil), totalmente integralizados pelo Estado do Paraná.

O capital social só poderá ser alterado por decreto do poder executivo, mediante a capitalização, doações, bens, reservas e outros recursos de bens e direitos que vierem a ser destinados a esse fim, mediante deliberação do Conselho de Administração.

14 Ajustes de exercícios anteriores

A conta de ajuste de exercícios anteriores foi criada em 2015 para reconhecimento da depreciação acumulada dos bens patrimoniais. Através do reconhecimento do Laudo Patrimonial emitido pela empresa Ernst Young, entregue em 2015, foi possível identificar a totalidade dos bens de posse da APPA e realizar o cálculo da depreciação e amortização acumulada para cada um de acordo à data de aquisição. Como grande parte da desvalorização calculada tinha como competência de anos anteriores a 2015, tornou-se necessária a atualização da conta de ajustes de exercícios anteriores, uma vez que as demonstrações de 2014 não poderiam mais ser alteradas.

Para 2016 o ajuste registrado foi referente a correções nos saldos dos controles de obras em andamento, migrados da Autarquia sem composição ou conciliação e mudança no critério de registro dos gastos com dragagens de manutenção de investimento para custo operacional, uma vez não resulta em aumento da capacidade operacional. O saldo residual a amortizar foi baixado como ajuste de períodos anteriores.

15 Receita Operacional

A receita operacional da APPA é reconhecida no resultado em virtude da sua respectiva cobrança de tarifas e está relacionada, principalmente, a disponibilização do cais e canal de acesso, arrendamentos de área, disponibilização de armazéns e demais serviços acessórios portuários.

As operações referem-se, principalmente, a disponibilização da infraestrutura aos operadores portuários, no qual a APPA cobra as tarifas de INFRAMAR, INFRACAIS e INFRAPORT, e são reconhecidas no resultado em virtude da conclusão das operações de cada navio.

A receita de arrendamento é reconhecida mensalmente no resultado e é cobrada do arrendatário conforme estipulado em contrato. Basicamente, a tarifa de arrendamento é calculada sobre o m² e volume movimentado/mês.

As tarifas de armazenagem estão relacionadas à disponibilização de armazém e são reconhecidas no resultado no momento da retirada da mercadoria.

As demais receitas operacionais são reconhecidas no resultado no fechamento de cada navio.

Em relação aos impostos incidentes sobre a receita/faturamento, PIS e COFINS, embora a Administração tenha ajuizado Ação Declaratória em face da União -

Fazenda Nacional, buscando o reconhecimento da imunidade tributária, a APPA, por prudência, vem mensalmente calculando os tributos incidentes sobre o faturamento, o que não descaracteriza a imunidade pleiteada. Desta forma, além de apurados, os tributos estão sendo recolhidos através de depósito em juízo, com base na liminar obtida junto a 1ª Vara Federal de Paranaguá em 26 de novembro de 2014.

16 Receitas e (despesas) financeiras

Receitas (despesas) financeiras	31.12.2016	31.12.2015
Receitas financeiras	55.239	61.497
Juros Recebidos ou Auferidos	457	380
Descontos Obtidos	5	166
Rendimento de Aplicação Financeira	54.777	60.951
Despesas financeiras	- 3.372	- 169
Juros Pagos ou Incorridos	- 3.339	- 169
Tarifas	- 33	-
TOTAL	51.867	61.328

17 Instrumentos financeiros

Visão Geral

A via de regra, assim como em todos os negócios, a APPA está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Os objetivos e processos para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los, estão listados a seguir:

A APPA possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito e Risco de liquidez.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela APPA, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

Caixa e bancos;
Valores a receber; e
Valores a pagar a fornecedores e outros.

Risco comercial

O risco comercial surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros, negociáveis e em moeda estrangeira. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alterações nas taxas de juros (risco de taxa de juros), taxas de câmbio (risco de câmbio) ou outros fatores comerciais (outro risco de preço).

A Empresa não possui operações que possam gerar riscos dessa natureza.

Risco da taxa de juros de valor justo e fluxo de caixa

A APPA não está exposta ao risco da taxa de juros de fluxo de caixa que surge de empréstimos, pois não há atualmente uma política para captação de recursos financeiros com terceiros, mediante empréstimos e financiamentos.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, cujo montante do risco do crédito em 31 de dezembro está demonstrado abaixo:

	31.12.2016
	<hr/>
Caixa e equivalentes	201.815
Valores a receber	157.997
	<hr/>
	359.812
	<hr/> <hr/>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A política da APPA na administração de liquidez é de garantir, que sempre tenha liquidez para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação e crédito da Empresa.

18 Cobertura de Seguros

O montante da cobertura contratada é a seguinte:

Natureza	R\$
Responsabilidade civil	15.000.000
Bens móveis e imóveis	60.000.000
Frota de veículos	de acordo tabela FIPE
Seguro de vida	100.000/vida

A APPA adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Paranaguá (PR), 30 de março de 2017

Jeniffer Santos Bento
Contadora - CRC
057474/O-1
Chefe da Divisão de
Contabilidade

Luiz Henrique Tessutti
Dividino
Diretor Presidente